

Estados Unidos provoca guerra para dominar o Iraque e o petróleo

Façam suas apostas. Qual será o próximo passo de George W. Bush na Guerra contra o Iraque (ou será contra o Terror)? Mas de que terror estamos exatamente falando? Ninguém sabe ao certo.

Esta não é a primeira guerra que os Estados Unidos e os aliados (no momento a Inglaterra) “procuram atacar os inimigos antes que ataquem o Império”. A seguinte frase traduz de maneira clara o que é a guerra para os EUA. “É a prolongação da política por outros meios”. Depois da Guerra contra o Afeganistão, a política que está sendo imposta nesse momento de acordo com a ex-ministra alemã, Herta Daeubler-Gmelin, é a de que Bush quer desviar a atenção de seus problemas domésticos. Para a ministra é uma tática clássica. “Foi usada por Hitler”, enfatizou.

As comparações entre Bush e Hitler, feitas pelos alemães, irritaram a Casa Branca que esperava total apoio da Alemanha na Guerra contra o Iraque. O recém-eleito chanceler Gerhard Schroeder, mesmo antes de empossado já declarava a posição contrária ao conflito. A resolução continua vigorando, com o apoio da maior parte dos europeus.

Para Deidre Griswold, editor da revista Workers World, não é apenas o petróleo que está em jogo, mas a supremacia que os EUA querem conquistar a qualquer preço. Griswold afirma que, para os estrategistas geopolíticos, este é ser o momento em que a hegemonia dos EUA deveria ser aceita em toda a parte do mundo. Isto quer dizer que tanto os estrategistas quanto o governo americano não aceitam qualquer tipo de contestação à hegemonia. Prova disso são as políticas econômicas

devastadoras incrementadas nos países da América Latina e Terceiro Mundo, como o Brasil.

Mas o que estaria realmente acontecendo na terra que preza pela “liberdade” (ou seria liberalismo)? Grandes empresas maquiando balanços e quebrando, quedas na bolsa de Nova York não vistas há 15 anos. É cedo dizer, mas talvez o grande Império esteja mais próximo da ruína do que se imagina. Talvez o sonho americano não seja tão real assim, e as tentativas de subordinação do resto do mundo ao jeito americano de ser sejam a maior prova disso. A duração dessa política determinará o sangue que será derramado e a fome que será gerada. Somente os povos podem enfrentar as mazelas causadas pelo capitalismo como desemprego, habitação, saúde e educação de forma a desenvolver a economia e solidariedade entre as populações.

Fonte: Carolina Coronel/ Imprensa Sindppd

Sindppd e CT buscam antecipação de índice

O Sindppd e a Comissão de Trabalhadores (CT) da Procergs tentam agendar uma reunião com a direção da Empresa. A representação dos trabalhadores busca com isso antecipar o pagamento de parcela do índice de novembro para outubro.

A previsão é de que o reajuste do índice sobre o salário dos trabalhadores da Procergs, que depende da variação do INPC de outubro, esteja em torno de 10%.

O Sindppd e a CT também querem discutir com a Procergs a participação de membro da CT na elaboração da pesquisa realizada pelo RH da Empresa que determina o valor do tíquete-refeição dos funcionários.

INPC 2002

Jan – 1,07
Fev – 0,31
Mar – 0,62
Abri – 0,68
Mai – 0,09
Jun – 0,61
Jul – 1,15
Ago – 0,86
Set – 0,83

Fonte: Carolina Coronel/ Imprensa Sindppd

Assembléia reúne particulares, Procergs e Procempa

Neste dia 15, terça-feira, acontece assembléia dos funcionários de empresas particulares, Procergs e Procempa às 18h (1ª convocação) e 18h 30min (2ª convocação) no Sindppd.

Na ocasião serão debatidas a pauta de reivindicações da categoria com relação a data-base 1º de novembro e a autorização ao sindicato para começar negociação coletiva de trabalho com a representação patronal. A autorização para desconto salarial para manutenção da entidade e organização da campanha salarial também devem ser deliberadas na assembléia.

Fonte: Carolina Coronel/ Imprensa Sindppd

Categoria participa do Plebiscito sobre a Alca

Procergs

Total de votantes: 299

	Sim	Não
Pergunta 1	13	286
Pergunta 2	88	211
Pergunta 3	05	294

Serpro

Total de votantes: 178

	Sim	Não	Branco	Nulos
Pergunta 1	07	165	05	01
Pergunta 2	36	138	04	01
Pergunta 3	01	169	08	00

Procempa

Total de votantes: 160

	Sim	Não	Branco
Pergunta 1	12	147	01
Pergunta 2	35	122	03
Pergunta 3	08	149	03

Fonte: Carolina Coronel/ Imprensa Sindppd

Alcântara: autonomia total para americanos no Brasil

Alcântara: município localizado na costa do Maranhão e a apenas dois graus da linha do Equador. Nas fronteiras da Amazônia, a cidade de cerca de 22 mil habitantes abriga a Base de Alcântara que desde 1982 desloca famílias da região de suas terras para o lançamento de satélites.

Gerada com recursos brasileiros e com intuito de desenvolver um programa nacional para lançamento de mísseis, a Base de Alcântara em breve estará sob a tutela dos Estados Unidos. O país, detentor de 80% do mercado de lançamento de satélites do mundo, já acordou com o Brasil: toda a tecnologia que for desenvolvida em Alcântara sequer será informada. O americanos já estão certos do controle da área de 60 mil hectares do Centro de Lançamento de Satélites (CLA) – a Base de Alcântara.

Perto de se concretizar, a ocupação da área pelos Estados Unidos só precisa do aval da Câmara Federal devido às negociações já estarem em processo avançado. Em outubro de 2000, o governo FHC assinou um acordo com o governo dos Estados Unidos em que o governo norte-americano passaria a ter o controle total sobre a Base. Segundo o acordo, o governo brasileiro deverá manter disponível no Centro de Lançamento de Alcântara áreas restritas, onde apenas pessoas autorizadas pelo governo dos Estados Unidos podem entrar. Os brasileiros, inclusive os moradores da região, não poderão transitar pela área restrita à base sem a permissão expressa dos norte-americanos.

O acordo prevê ainda que os técnicos norte-americanos realizem inspeções, sem aviso prévio ao governo brasileiro, tanto nas áreas restritas como nas demais áreas reservadas para o lançamento de espaçonaves. Para inspecionar as áreas que achar necessário, o governo norte-americano tem total liberdade de

instalar equipamentos de vigilância eletrônica.

O aluguel da base determina que os americanos não sejam revistados pela alfândega brasileira, entidade que controla todas as entradas e saídas do Brasil para o exterior. Os americanos terão direito a transportar qualquer material daqui para lá em contêineres lacrados com o conteúdo sequer imaginado pelos cidadãos do país.

Como se o desaforo não fosse pouco, o governo brasileiro ainda concordou em não utilizar os recursos provenientes do aluguel para adquirir, testar, desenvolver, produzir ou usar foguetes ou sistemas de veículos aéreos não-tripulados. E isso inclui o propósito fundamental da construção da Base, o projeto do veículo lançador de satélite (VLS), que mesmo sem êxito foi a “menina dos olhos” do programa espacial brasileiro.

Os 30 milhões dólares por ano arrecadados, segundo o contrato, somente devem ser utilizados no desenvolvimento e manutenção dos portos, aeroportos, linhas férreas e sistemas de comunicação que beneficiem o Centro de Lançamento de Alcântara. Ou seja, em equipamentos que serão utilizados pelo próprio governo americano em seu programa espacial. A tecnologia que estiver sendo desenvolvida em território brasileiro somente será conhecida pelos americanos. Alcântara mostra que a frase “O Brasil é o quintal dos americanos” está cada vez mais atual e pior: os brasileiros pensam que não tem nada a ver com isso.

Fonte: Carolina Coronel/ Imprensa Sindppd

Negociações não avançam e

Serpro atrasa data-base em seis meses

As tentativas de negociação entre a Fenadados e Direção do Serpro não evoluíram. A falta de entendimento se deve a insistência do Serpro em condicionar o acordo à alteração no RARH. A posição dos sindicatos, de acordo com as deliberações dos trabalhadores, é de não aceitar a proposta da empresa e buscar avanços na pauta econômica. Os empregados do Serpro já esperam com indignação há seis meses pelo fechamento da data-base.

A representação dos trabalhadores deve retornar às negociações e buscar mediação com outros órgãos levando à discussão o reajuste salarial mais elevado de empresas como Embrapa e Correios.

Fonte: Carolina Coronel/ Imprensa Sindppd

Comissão pretende inserir Procergs na Emenda 31

A exemplo do Banrisul e da Corsan que tiveram a aprovação na Assembléia Legislativa da Proposta de Emenda Constitucional para solicitação de plebiscito em caso de alienação, transferência, controle acionário, extinção, fusão, incorporação ou cisão, a Comissão dos Trabalhadores da Procergs e Sindppd pretendem fazer o mesmo.

A idéia é incluir a Procergs na Emenda Constitucional nº 31. A representação dos trabalhadores entrou em contato com o

deputado João Luís Vargas que está mediando a discussão para a implementação do projeto com o restante das bancadas.

Fonte: Carolina Coronel/ Imprensa Sindppd

Mais de 10 milhões dizem não à Alca

Realizado na Semana da Pátria nos 27 estados do Brasil, o Plebiscito sobre a Alca congregou 10.149.542 votantes.

Na questão relativa a assinatura do tratado da Alca, 9.979.964 votantes ou 98,33% foram contrários. Na primeira questão, o sim representou 1,12% dos votos. As negociações não devem continuar segundo 9.737.190 dos participantes do Plebiscito ou 95,94% do total.

Somente 341.593 ou 3,37% do votos se mostraram receptivos a essa proposta. O governo brasileiro não deve entregar parte do nosso território – a Base de Alcântara – para o controle militar dos Estados Unidos segundo 10.006.740 (98,59%) dos aptos a votar, maiores de 16 anos, que manifestaram sua opinião no Plebiscito. Somente 0,65% do total se mostraram a favor da entrega da Base de Alcântara.

Fonte: Carolina Coronel/ Imprensa Sindppd

ALCA prepara recolonização da América

“Quase uma estação de chegada do trem”. Essa foi a alusão feita à ALCA pelo membro do Comitê contra a ALCA e presidente da Federação dos Metalúrgicos, Milton Viário, em Seminário sobre a ALCA realizado pelo Sindppd. Viário explicou de forma simples e didática porque os 34 países latino-americanos (exceto Cuba) não são páreos para o gigante americano. O ingresso na Área de Livre Comércio das Américas leva os latinos a competir com o país que detém sozinho 79% do Produto Interno Bruto (PIB) do continente.

Nessa disputa, semelhante ao sistema colonial “mandam as primeiras empresas do mundo”, disse outro membro do Comitê contra a ALCA, Carlos Henrique de Almeida. “A ALCA tenta solucionar a crise americana. É preciso um mecanismo mais forte que é a ALCA”, expôs. Carlos Henrique destacou também o tribunal que deve ser instituído caso o acordo vigore. “No México desde 1996, o Nafta é uma realidade. Qualquer empresa multinacional instalada lá não obedece as leis do país, mas as que estão estabelecidas no acordo”, disse.

Viário exigiu reflexão da platéia presente no Seminário sobre a ALCA promovido pelo Sindppd. “Depois da independência dos países norte-americanos, se passaram cerca de uma centena de anos. Nesse meio tempo os recursos da população construíram as empresas detentoras das maiores riquezas. Depois de vendidas, o processo se inverte. A ALCA é como uma recolonização”, esclareceu. Somente no mais longo governo neoliberal da história do Brasil, o de FHC, foram vendidas mais de 120 empresas estatais. Entre elas, a maior exportadora de minérios do mundo, a então sucateada Vale do Rio Doce.

A ALCA prevê o direito de propriedade intelectual. No caso de uma empresa norte-americana estar instalada na Amazônia ou em

qualquer parte do Brasil, e descobrir um princípio ativo de uma planta (pode ser uma espécie utilizada pelo indígenas há séculos) ela pode registrar a substância como norte-americana e ainda vender o remédio para o Brasil. Se o Acordo for firmado, essa hipótese pode ser concretizada, já que o investimento em pesquisa financiado pelos Estados Unidos é infinitamente maior do que o financiado pelo Brasil.

Fonte: Imprensa Sindppd

[Comunica Dados Bimestral resgata parte da história do Sindppd](#)

No jornal *Comunica Dados Bimestral* é possível conferir alguns trechos da história do Sindppd. Acompanhe abaixo uma das matérias.

Sindppd começa na Associação

O Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados não nasceu sozinho, ou melhor, foi originado da APPD ou Associação dos Profissionais em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul. A APPD foi fundada em 18 de junho de 1977 por 40 profissionais em processamento de dados. A carreira de quem estava no ramo era a principal preocupação desse grupo de fundadores. Um ano e dois meses depois de fundada, a APPD já contava com 600 profissionais associados. A APPD/RS foi a primeira fundada no Brasil, seguida pela do Rio de Janeiro e a de São Paulo.

As APPDs e

o reconhecimento da profissão

O Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados não nasceu sozinho, ou melhor, foi originado da APPD ou Associação dos Profissionais em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul. A APPD foi fundada em 18 de junho de 1977 por 40 profissionais em processamento de dados. A carreira de quem estava no ramo era a principal preocupação desse grupo de fundadores. Um ano e dois meses depois de fundada, a APPD já contava com 600 profissionais associados. A APPD/RS foi a primeira fundada no Brasil, seguida pela do Rio de Janeiro e a de São Paulo.

As APPDs e

o reconhecimento da profissão

A partir da fundação da entidade, as principais bandeiras de luta eram a regulamentação da profissão, a criação do sindicato, a autonomia tecnológica e a formação profissional. O enquadramento sindical, entretanto, se deu em julho de 1984.

O primeiro projeto de regulamentação foi elaborado por um grupo de profissionais de São Paulo e apresentado em 1979 pelo deputado Israel Dias Novaes. O projeto mobilizou as APPDs de todo o país para estudar também a legalização de outras profissões. Em 1980, no I Congresso Nacional dos Profissionais em Processamento de Dados, o deputado se comprometeu a retirar seu projeto para dar lugar ao elaborado pelas APPDs. O Congresso do ano seguinte aprovou projeto unificado pela categoria. Em dezembro de 1982, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

O texto aprovado no Congresso contemplava os analistas de sistemas em processamento de dados e programação de computador, os digitadores de dados, os operadores de equipamento e controladores de qualidade em processamento de dados. Nessa época, outras funções estavam sendo criadas e a APPD já se preocupava com inclusões na lei.

O projeto histórico para a categoria foi precursor da luta pelo reconhecimento da profissão que perdura até hoje.

A jornada de trabalho foi determinada pelo artigo 227 de 1943 da CLT. Os operadores de equipamentos convencionais em radiotelegrafia devem permanecer no trabalho por seis horas nos cinco dias da semana. Na época da elaboração desse artigo não existiam as profissões de processamento de dados.

Fonte: Imprensa Sindppd